

BREVES APONTAMENTOS SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM MOÇAMBIQUE**BRIEF NOTES ON THE CONSERVATION STATUS OF BIODIVERSITY IN MOZAMBIQUE****BREVES NOTAS SOBRE EL ESTADO DE CONSERVACIÓN DE LA BIODIVERSIDAD EN MOZAMBIQUE**

<https://doi.org/10.56238/ERR01v10n7-020>

Gisela Marisa Carlos Guibunda Jossamo

Mestre em Educação / Ensino de Biologia

Instituição: Universidade Rovuma, Faculdade de Ciências

E-mail: giselajossamo@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7369-8149>

Rogério Suzana de Freitas Micaela

Mestre em Educação Científica e Ambiental

Instituição: Universidade Federal de Lavras

E-mail: micaelarogerio@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2596-3009>

RESUMO

A biodiversidade nos países da África Austral desempenha um papel importante na vida das comunidades rurais. Muitos países de África incluindo Moçambique têm implementado programas de conservação e proteção da biodiversidade. Buscando refletir sobre caminhos para sua sustentabilidade, o presente trabalho tem como objetivo analisar o estado, tendências e ameaças à biodiversidade em Moçambique. O estudo foi realizado por intermédio de uma pesquisa bibliográfica recorrendo às bases de dados Google acadêmico e Scopus. Os dados da pesquisa revelam que, de fato, existem programas e ações desenvolvidas pelo governo e parceiros estrangeiros na preservação e conservação da biodiversidade, que existem muitos dados sobre animais e plantas não devidamente mensurados quanto ao risco de extinção, bem como que a escassez de recursos técnicos e tecnológicos pode dificultar um levantamento exaustivo do estado e das condições da diversidade biológica. Desse modo, propõe-se o fortalecimento da cooperação cada vez mais integrativa entre o Estado e as comunidades circunvizinhas das áreas/unidades de conservação, bem como investimentos em ferramentas tecnológicas que permitam cada vez mais precisão na mensuração de dados que possam contribuir para a preservação da biodiversidade em Moçambique.

Palavras-chave: Áreas de Conservação. Diversidade Biológica. Sustentabilidade Ambiental.

ABSTRACT

Biodiversity in Southern African countries plays an important role in the lives of rural communities. Many African countries, including Mozambique, have implemented biodiversity conservation and protection programs. Seeking to reflect on pathways to its sustainability, this work aims to analyze the

state, trends, and threats to biodiversity in Mozambique. The study was conducted through a bibliographic review using the Google Scholar and Scopus databases. The research data reveals that, in fact, there are programs and actions developed by the government and foreign partners for the preservation and conservation of biodiversity; that there is much data on animals and plants that is not properly measured regarding the risk of extinction; and that the scarcity of technical and technological resources can hinder an exhaustive survey of the state and conditions of biological diversity. Therefore, it is proposed to strengthen increasingly integrative cooperation between the State and the communities surrounding conservation areas/units, as well as investments in technological tools that allow for increasingly precise data measurement that can contribute to the preservation of biodiversity in Mozambique.

Keywords: Conservation Areas. Biological Diversity. Environmental Sustainability.

RESUMEN

La biodiversidad en los países del sur de África desempeña un papel importante en la vida de las comunidades rurales. Muchos países africanos, incluido Mozambique, han implementado programas de conservación y protección de la biodiversidad. Con el objetivo de reflexionar sobre las vías para su sostenibilidad, este trabajo analiza el estado, las tendencias y las amenazas a la biodiversidad en Mozambique. El estudio se realizó mediante una revisión bibliográfica utilizando las bases de datos Google Scholar y Scopus. Los datos de la investigación revelan que, de hecho, existen programas y acciones desarrollados por el gobierno y socios extranjeros para la preservación y conservación de la biodiversidad; que existe una gran cantidad de datos sobre animales y plantas que no se miden adecuadamente en cuanto al riesgo de extinción; y que la escasez de recursos técnicos y tecnológicos puede dificultar un estudio exhaustivo del estado y las condiciones de la diversidad biológica. Por lo tanto, se propone fortalecer la cooperación cada vez más integradora entre el Estado y las comunidades aledañas a las áreas/unidades de conservación, así como la inversión en herramientas tecnológicas que permitan una medición de datos cada vez más precisa que contribuya a la preservación de la biodiversidad en Mozambique.

Palabras clave: Áreas de Conservación. Diversidad Biológica. Sostenibilidad Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

Moçambique caracteriza-se por uma diversidade de habitats e ecossistemas, distribuídos nos cerca de 80.000 Km² de extensão territorial. Cerca de 62 milhões de hectares do total da área do país são cobertos por florestas de diferentes densidades (Sitoé *et al.* 2006). Dum total de 18 milhões de habitantes, cerca de 80% da população é rural e tem como principal actividade económica a agricultura, mas a sua sobrevivência está cada vez mais dependente dos recursos naturais. Os recursos florestais, faunísticos, marinhos e costeiros dão um contributo importante na economia do país, tanto na geração de empregos, de rendas e de subsistência nas zonas rurais.

Os ecossistemas e a biodiversidade têm peso significativo na economia moçambicana. A agricultura responde por cerca de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) e emprega aproximadamente 70% da população ativa (INE, 2024). A produtividade agrícola está intimamente ligada à qualidade dos serviços ecossistémicos como a pesca, sector que contribui com cerca de 4% do PIB, sendo o camarão um dos principais produtos de exportação. As florestas têm grande importância no ecossistema global, elas fornecem, oxigénio, retenção do carbono, protecção do solo contra erosão, manutenção das bacias hidrográficas entre outros. Contudo, como em muitos países africanos, a biodiversidade moçambicana enfrenta grandes pressões, relacionadas com desmatamento, caça furtiva, conversão de habitats para agricultura, expansão urbana e impactos das mudanças climáticas.

Apesar das florestas moçambicanas possuirem um valor, e grande potencial inestimável, elas têm sofrido uma degradação acentuada. Aquino *et al.* (2018) explica que 267.000 ha de florestas foram perdidas anualmente no período entre 2003 e 2013, uma taxa histórica de desmatamento de 0,79%. Isso resultou em 40 milhões de toneladas (t) de CO₂ emitidos anualmente, 57% do total de emissões de gases de efeito estufa dos 67 milhões de t de CO₂ emitidos no país. De 2014 a 2016, cerca de 86.000 hectares de florestas foram perdidos anualmente, metade da taxa do período anterior.

Em Moçambique, algumas espécies já são consideradas extintas e o número de espécies vulneráveis e ameaçadas tem vindo a aumentar (Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural-MITADER, 2019). Esta perda acelerada de biodiversidade pode ter consequências irreversíveis para os ecossistemas e para a economia nacional. A prática da agricultura insustentável e exploração insustentável dos recursos, poluição e espécies exóticas invasoras continuam sendo ameaças à biodiversidade terrestre e aquática. A desmatamento e a exploração insustentável dos recursos tem sido contribuído negativamente na alteração e desequilíbrio da biodiversidade.

Nas últimas décadas, tem-se registado esforços do governo, ONGs e organismos internacionais para fortalecer a conservação, especialmente através de legislação, criação e expansão de áreas protegidas, co-gestão e programas de conservação comunitária. Diante disto, este trabalho tem como



objetivo sintetizar o estado atual da conservação da biodiversidade em Moçambique, destacando avanços, desafios e perspectivas.

2 METODOLOGIA

Este estudo consistiu na realização de uma pesquisa bibliográfica, de documentos que abordam aspectos científicos em relatórios técnicos, arquivos de organizações governamentais e não governamentais, bem como demais publicações relevantes. A busca foi realizada nas bases de dados da Scopus e do Google Acadêmico, com as palavras-chaves "Biodiversidade em Moçambique" e "Áreas de Conservação".

Das buscas feitas foram encontrados 57 artigos com abordagem relacionada à Biodiversidade de forma generalizada, bem como estudos específicos sobre determinadas espécies ou ecossistemas. Contudo fez-se uma filtragem para 26 artigos que abordam especificamente sobre o estado de conservação em Moçambique, cujas áreas de interesse dos pesquisadores dos artigos consultados concentram-se em 60% na preocupação com a gestão integrada de recursos florestais e faunísticos, colocando como o envolvimento das comunidades na gestão da biodiversidade. uma grande principalmente nas áreas de conservação.

Destaca-se que também foram consultados relatórios oficiais da ANAC, BIOFOUND e FAO. Foram analisados artigos publicados entre 2000 e 2025, tendo sido excluídos artigos publicados fora desse período, bem como que não abordam conteúdos relacionados à conservação da Biodiversidade em Moçambique.

3 RESULTADOS

3.1 ÁREAS DE CONSERVAÇÃO EXISTENTES EM MOÇAMBIQUE E SEU ESTADO

Moçambique dispõe de um vasto sistema de áreas de conservação que cobrem cerca de 25% do território nacional (FAO, 2020; INE, 2024). Entre mais destacadas, temos:

- O Parque Nacional da Gorongosa (Sofala): exemplo emblemático de restauração ecológica e co-gestão comunitária.
- A Reserva Nacional do Niassa: maior área de conservação do país (42.000 km²), habitat de elefantes, leões e cães selvagens africanos.
- O Parque Nacional das Quirimbas (Cabo Delgado): inclui ecossistemas marinhos e terrestres, com recifes de coral de grande importância.
- O Parque Nacional do Limpopo (Gaza): parte do Grande Parque Transfronteiriço do Limpopo, que integra áreas de Moçambique, África do Sul e Zimbábue.



- A Área de Conservação Comunitária (Tchuma Tchato e outros): modelos de gestão participativa em que as comunidades locais beneficiam da exploração sustentável da fauna e flora.

Inicialmente, um destaque que mereceu atenção da equipe de pesquisa foi o desaparecimento da cobertura vegetal nas savanas e florestas, com enfoque para a Reserva de Niassa, pelo uso de fogo de forma descontrolada. Muitos autores também investigaram a situação de proteção dos animais vertebrados nas áreas de conservação e distribuição dos vertebrados nas áreas de conservação. As áreas de conservação mais destacadas são a Reserva Florestal de Niassa, seguida do Parque Nacional da Gorongosa e o Arquipélago de Bazaruto.

O Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental- MICOA (2009) estima a existência de cerca de 5.500 espécies de plantas (incluindo microalgas) distribuídas em cinco regiões fitogeográficas e organizadas como Miombo, Mopane, florestas indiferenciadas e Mosaico Costeiro. A floresta de Miombo é a mais extensa vegetação de Moçambique e se caracteriza principalmente pelas espécies *Brachystegia*, *Julbernardia* e *Pteleopsis*; a floresta de Mopane é a segunda maior vegetação e se caracteriza pela presença de espécies como *Colophospermum mopane*, *Adansonia digitata*, *Afzelia quanzensis* e *Sterculia rogersii*; as florestas indiferenciadas são caracterizadas principalmente por *Acacia spp*, *Afzelia quanzensis*, *Sclerocarya birrea*, *Albizia versicolor*, *Terminalia sericea* e *Petophorum africanum*.

As zonas com vegetação de mosaico costeira são cobertas por diferentes tipos de vegetação que normalmente crescem ao longo da costa, elas incluem florestas de Areia, florestas de Pântano, florestas de Dunas, pastagens e Manguezais (MICOA, 2009).

Moçambique tem uma área estimada em 801.590km² (INE, 2007) dos quais 51,4% corresponde à área total de cobertura florestal (DNTF, 2007), sendo que 34,5% são áreas potenciais para produção de madeira e 16,9% são para fins de conservação (USAID, 2008; Ribeiro, 2008) citado por (Viana, 2015).

A província de Niassa concentra a maior massa dessa cobertura florestal com 23,53% (DNTF, 2007). As espécies de fauna registradas em Moçambique totalizam cerca de 4.271, sendo 72% insetos, 17% de aves, mamíferos 5% e 4% répteis (MICOA, 2009). O MICOA (2009) ainda aponta para a extinção ou em perigo de extinção, oito mamíferos incluindo o rinoceronte negro (*Diceros bicornis*), o rinoceronte branco (*Ceratotherium simum*), pala-pala cinzenta (*Hippotragus niger*), chango da montanha (*Redunca fulvoflora*), chita (*Axonix jubatus*), tsessebe (*amaliscus lunatus lunatus*), sitatunga (*Limnotragus spekii*) e a girafa (*Giraffa camelopardalis*).

Embora estes números parecem insignificantes, não se pode afirmar que a extinção de tais espécies não constitui ameaça para a biodiversidade, pois carecem ainda de estudos detalhados que possam determinar o potencial para a perturbação dos ecossistemas.

O índice de pobreza em Moçambique se situa na casa dos 60% (INE, 2010) e cerca de 80% da população vive em zonas rurais (Ribeiro, 2008; Ntumi et al., 2009; Mourana e Serra, 2010) *apud* (Viana 2015), isto faz com que as populações locais dependam basicamente de recursos da biodiversidade para o consumo. Em números, o consumo de madeira, por exemplo, para combustível em Moçambique representa 85% das necessidades de energia do agregado familiar e é estimado em 31,278,000 m³ por ano (USAID, 2008). Esse consumo chega a ser apontado como sendo superior em relação aos restantes dos países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral -SADC.

O ecossistema natural de uma floresta contribui em todos os aspectos para a subsistência das comunidades locais. Madeiras de todo tipo inclusive as de alto valor são usadas como materiais de construção. Os produtos florestais não madeireiros também são usados com alimentos e medicamentos (USAID, 2008; Ribeiro, 2008). A maior parte dos medicamentos da medicina tradicional e moderna é derivada de plantas silvestres, animais, fungos e bactérias. As plantas medicinais são utilizadas por 80% da população e, inclusive nos últimos tempos, o governo tem dado maior atenção ao reconhecimento dos curandeiros tradicionais na medicina alternativa à convencional. Além desses serviços, os produtos florestais não madeireiros são de extrema importância na vida das populações rurais, porém as populações encontram sérias dificuldades na comercialização desses produtos devido principalmente à falta de infra-estrutura e às dificuldades de acesso às cidades e mercados.

Grande parte das florestas são uma fonte de símbolos culturais e locais sagrados para as comunidades locais. Entretanto, além de sua importância social, as florestas de Miombo contribuem para a economia formal, fornecendo valiosas fontes de madeira e desempenham um papel ambiental importante na região (Viana 2015).

No entanto, muitas áreas protegidas em Moçambique são ocupadas por um número significativo de pessoas e, por conta disso, o conflito homem-animal é o principal problema nas áreas de conservação. Os animais mais envolvidos em conflitos são os crocodilos, leões, elefantes e hipopótamos, sendo que no período Julho 2006 à setembro de 2008 foram registrados 265 ataques que resultaram em mortes e outros 82 ataques que resultaram em feridos (MICOA, 2009).

O MICOA (2009) sugere três cenários para a biodiversidade em Moçambique, tomando como base o período 2005-2025. Considerando uma estimativa de cobertura florestal de 55% em 2005, o primeiro cenário (A) sugere uma redução acentuada da biodiversidade para 36% em 2025 e o pior cenário (B) com uma diminuição dramática da biodiversidade (27%) em 2025. Segundo o MICOA (2009), os fatores que podem contribuir para estes cenários são o índice de desmatamento situado em

0.6% e aumento da população de 20 milhões para 28,5 milhões de habitantes, sendo que maior parte dessa população se localiza nas zonas rurais. Na melhor das hipóteses, o cenário (C), sugere uma redução de até 40% no mesmo período, porém tal resultado só é possível se houver uma melhor planificação do uso da terra orientado para a conservação da biodiversidade.

Em geral, o estado das Áreas de Conservação depende dos recursos (humanos e financeiros) e infra-estruturas disponíveis para operacionalizar as actividades. Com base nesses aspectos podem se distinguir três grupos: (i) AC relativamente novas, com um grande investimento internacional e com uma capacidade de operar – este grupo inclui os Parques Nacionais de Limpopo, Quirimbas, Bazaruto e a Reserva de Niassa; (ii) AC sem muito investimento internacional, mas com uma gestão estabelecida e um plano de maneio – este grupo inclui os Parques Nacionais de Gorongosa, Banhine, Zinave, Reserva Florestal de Derre, e (iii) AC sem um gestor e sem um plano de maneio – a este grupo pertencem a maioria das Reservas Florestais, por exemplo as Reservas Florestais de Inhamitanga e Nhampacue (Sitoé *et al.* 2006).

3.2 POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO

Atualmente, em Moçambique, existe uma base legal ambiental: um conjunto de leis e regulamentos que estruturam a protecção dos ecossistemas (lei-quadro do ambiente, legislação de florestas e fauna bravia, ordenamento do território, recursos hídricos, pesca e áreas de conservação). O Licenciamento Ambiental e os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) são instrumentos-chave de prevenção, incluindo planos de gestão ambiental e medidas de mitigação/compensação. Em termos institucionais, o Ministério da Terra e Ambiente (MTA): coordena a política ambiental, a conservação e o ordenamento territorial.

A Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC): gestão do Sistema Nacional de Áreas de Conservação (SNAC) e promoção de modelos de co-gestão. A Fundação para a Conservação da Biodiversidade (BIOFUND): mecanismo nacional de financiamento para áreas de conservação, incluindo fundos fiduciários e janelas temáticas (ex.: ‘Áreas de Conservação para o Clima’).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS): operacionaliza programas de desenvolvimento rural (ex.: REDD+, gestão integrada de paisagens, restauração florestal) Instituições Sectoriais (Agricultura e Desenvolvimento Rural, Mar e Águas Interiores, Energia e Recursos Minerais, Obras Públicas, Turismo): são responsáveis pela integração de salvaguardas ambientais nos seus projectos. Governação Local: Conselhos locais, comités de gestão de recursos naturais e DUATs (direito de uso e aproveitamento da terra) comunitários ancoram a participação social, mas requerem capacitação, meios de fiscalização e instrumentos de partilha de benefícios mais claros e previsíveis (BIOFUND, 2024).



3.3 AMEAÇAS À BIODIVERSIDADE

Apesar de esforços que têm sido empreendidos na conservação da Biodiversidade Moçambique enfrenta os seguintes ameaças:

- a. Desmatamento e Degradação Florestal:** estima-se que o país perca anualmente cerca de 219 mil hectares de floresta (FAO, 2020). A perda de cobertura florestal compromete a biodiversidade, acelera a erosão dos solos e reduz a capacidade de regulação climática
- b. Mineração e Exploração de Recursos Naturais:** A expansão da mineração, sobretudo de carvão (Tete), gás natural (Cabo Delgado), titânio (Nampula e Gaza) e rubis (Montepuez), tem gerado impactos significativos. Apesar de contribuir para o PIB e gerar divisas, a mineração intensifica a vulnerabilidade ecológica e social, colocando assim em risco a sustentabilidade a longo prazo. (MAIDA e HAMED 2025)
- c. Urbanização e Infraestrutura:** O crescimento urbano nas cidades tem levado a expansão desordenada das habitações e infraestruturas, barragens hidroeléctricas e estradas, muitas vezes ignoram estudos de avaliação de impacto ambiental ou não implementam planos adequados de mitigação. (MAIDA e HAMED 2025)
- d. Caça Furtiva e Tráfico de Espécies:** A caça ilegal continua a ser uma ameaça grave para espécies icónicas, como elefantes e rinocerontes. O tráfico internacional de marfim e chifres alimenta redes criminosas transfronteiriças, que operam em reservas como as de Niassa e Limpopo. Além dos grandes mamíferos, aves raras, pangolins e tartarugas marinhas também são alvo de captura ilegal. As comunidades locais, frequentemente em situação de pobreza extrema, participam nesse processo por falta de alternativas económicas MITADER, 2018a).
- e. Pesca Predatória e Degradação Marinha:** A biodiversidade marinha sofre pressão crescente devido a pesca industrial e semi-industrial de arrasto; pesca ilegal não reportada, muitas vezes praticada por frotas estrangeiras; e degradação dos recifes de coral causada pelo aquecimento global e poluição costeira; e destruição de mangais para produção de sal e expansão urbana.
- f. Mudanças Climáticas:** Nos últimos 20 anos, o país foi repetidamente atingido por vários ciclones, secas e cheias. Estes eventos têm efeitos directos sobre a biodiversidade: destruição de habitats naturais; aumento da salinização dos solos e das águas subterrâneas; alteração dos padrões migratórios de aves e peixes; e redução da resiliência dos ecossistemas (FAO, 2020)
- g. Conflito entre a Conservação e o Desenvolvimento:** O modelo económico dominante em Moçambique ainda privilegia projectos de extração intensiva, em detrimento de estratégias de desenvolvimento sustentável. Existe frequentemente uma percepção de que a conservação ambiental constitui um entrave ao progresso, levando à marginalização das preocupações ecológicas nos planos de desenvolvimento. . (MAIDA e HAMED 2025)



- h. Sobre-exploração de Determinadas Espécies:** A sobre-exploração das espécies da flora ocorre principalmente através da exploração da madeira. Os níveis de exploração das espécies naturais de madeira florestal excederam os volumes anuais de corte permitidos (515.700 a 640.500 m³) devido a uma variedade de práticas insustentáveis de gestão florestal (MITADER, 2018a). Madeira serrada, travessas, parqué, folheados e painéis de madeira são os principais produtos do processamento de madeira em Moçambique.
- i. Invasão de Espécies Não-Nativa:** invasão biológica é um dos principais factores determinantes do declínio da biodiversidade, causando impactos socioeconómicos e no bem-estar humano (Bacher et al. 2017). A pressão antropogénica, a alteração do uso da terra e as mudanças climáticas são causas que aceleraram a invasão destas espécies em Moçambique (MITADER, 2018a). Muitas espécies animais e vegetais têm sido introduzidas em Moçambique, para fins comerciais (tais como o eucalipto e o pinheiro), para a criação de gado e introdução em sistemas agroflorestais (*Leucaena leucocephala* e *Azadirachta indica*), para fins ornamentais (*Lantana camera*), como é o caso do corvo comum (*Corvus corvus*) e mesmo para fins de conservação (plantações de casuarinas ao longo da costa) (MICOA, 2014).

3.4 ESTRATÉGIAS, PERSPECTIVAS E OPURTUNIDADES

De acordo com Maida e Hamed (2025) as estratégias previstas consistem na restauração de ecossistemas, redução de pressões e integração da biodiversidade nos sectores produtivos.

(i) Florestas e Fauna Bravia: manejo sustentável, combate à exploração ilegal, rastreabilidade, reforço de concessões florestais certificadas e promoção de PFNM (produtos florestais não madeireiros) (ii) Pesca e Recursos Marinhos: gestão de frotas, quotas e defesos; controlo da pesca; proteção de mangais e recifes; áreas marinhas de gestão local. (iii) Clima: estratégias de adaptação e mitigação, integração de risco climático no planeamento local, REDD+ e restauração de paisagens (reflorestamento, agroflorestal, soluções baseadas na natureza). (iv) Ordenamento do Território: zoneamento ecológico-económico, identificação de corredores ecológicos e definição de áreas sensíveis para orientar investimentos. (v) Integração transversal: crescimento ‘verde e inclusivo’, economia azul, e metas de ‘30x30’ do Quadro Global da Biodiversidade (proteger 30% de terras e mares até 2030), articuladas com o ODS 14.

O sucesso da conservação da biodiversidade em Moçambique depende principalmente da capacidade de encontrar respostas eficazes e sustentáveis que possam conciliar os diferentes conflitos actualmente existentes (MICOA, 2014). Tendo este aspecto em conta, o país desenvolveu acções destinadas a melhorar e reforçar as áreas de conservação, tais como o controlo de mangais, a identificação de ecossistemas dentro do projecto de identificação de Áreas-chave para a Biodiversidade

(KBA), desenvolvimento de planos de gestão, criação de áreas marinhas de protecção comunitária na Baía de Inhambane e Cabo Delgado e acções de conservação em centros Afro montanhosos endémicos localizados fora da rede de AC, tais como os Montes Namuli, Mabu, Chiperone, Ribáuè e Inago (MITADER, 2019).

Em 2015 e 2016, cerca de 4.140 hectares foram reflorestados para fins de conservação e comunitários com espécies nativas e exóticas (MITADER, 2019a). Foi também realizada a translocação de animais para áreas protegidas (MITADER, 2018)

Outro avanço foi a implementação do MCRN de maneira estratégica para reduzir a pobreza das populações tradicionais através da partilha dos benefícios advindos da gestão dos recursos naturais (Ferrão, 2008) citado por (Viana 2005). Assim, o MCRN surge como uma proposta de envolvimento das populações tradicionais na gestão conjunta dos recursos naturais com o Estado e o sector privado, garantindo deste modo, o seu desenvolvimento social e económico.

Diante disso, no processo de implantação de novas unidades de conservação e revitalização das unidades de conservação já existentes em Moçambique, as Autoridades Tradicionais foram chamadas a intervir na articulação das comunidades locais junto aos governos locais. O Estado, através de estratégias, políticas e legislações apropriadas passou a reconhecer a importância das comunidades locais na gestão e conservação dos recursos naturais.

Governos nacionais, ONGs e os gestores de áreas de conservação enfrentam desafios para conseguir financiar a protecção dos habitats e espécies e, ao mesmo tempo, garantir que as comunidades locais se beneficiem das áreas de conservação. O turismo baseado na natureza, surge como uma das soluções para resolver o dilema. Ao promover a fauna bravia e os espaços naturais como atracções, os países podem preservar os ecossistemas e gerar empregos para as populações que vivem mais próximo de animais selvagens.

Cerca de 25% do território terrestre nacional é protegido (incluindo 14 parques e reservas). No entanto, os limitados recursos técnicos e financeiros, significam que a consolidação desta rede permanece ainda um desafio considerável. Por esta razão, o Governo de Moçambique procura estabelecer parcerias com entidades privadas, ONGs e doadores para materializar as suas metas de conservação e ecoturismo

A Co-gestão das áreas de conservação é uma forma inovadora de aceder aos recursos técnicos, profissionais e financeiros necessários. Através da Cogestão com envolvimento de parceiros públicos e privados, Moçambique pretende travar o declínio da biodiversidade até 2030 e restaurar a biodiversidade até 2050.

4 CONCLUSÃO

Vários hectares de florestas perdem-se anualmente por causa do desmatamento, causado pela pobreza, crescimento populacional e pressão internacional pela exploração da madeira. Manejo comunitário dos recursos naturais, revitalização das unidades de conservação já existentes e criação de novas unidades de conservação, constituem estratégias adoptadas para conservação da Biodiversidade.

Uma grande quantidade de espécies não devidamente estimada por falta de recursos encontra-se em situação de ameaça. Ausência de informação sobre a importância ecológica da biodiversidade e fraca dispersão da pouca informação existente. A falta de recursos humanos e financeiros dificulta o funcionamento das áreas de Conservação.

Os resultados deste estudo mostram que áreas que beneficiadas pelos financiamentos registaram uma melhoria. O país desenvolveu acções destinadas a melhorar e reforçar as áreas de conservação, tais como o controlo de mangais, a identificação de ecossistemas dentro do projecto de identificação de Áreas-chave para a Biodiversidade (KBA), desenvolvimento de planos de gestão, criação de áreas marinhas de protecção comunitária.

Desse modo, o fortalecimento de parcerias público-privadas, bem como investimento técnico e tecnológico constituem ferramentas indispensáveis para garantir a sustentabilidade na conservação da biodiversidade em Moçambique.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, M. M. A contribuição do sector florestal e faunístico para a economia do país. Maputo: DNFFB, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2004. 103 p.

ANAC. Plano estratégico da Administração Nacional das Áreas de Conservação 2015-2024. [S. l.: s. n.], [s. d.]. AQUINO, A.; LIM, C.; KAECHELE, K.; TAQUIDIR, M. Notas sobre a Floresta em Moçambique. Maputo: Grupo Banco Mundial, 2018.

BIODEV2030. Avaliação do estado, tendências e ameaças à biodiversidade em Moçambique. Maputo, [s. d.]. 199 p.

BIOFUND – Foundation for the Conservation of Biodiversity. Survey in Chimanimani reveals more than 1,000 animal and plant species. 2024.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. Global Forest Resources Assessment 2020: Mozambique Country Report. Rome: FAO, 2020.

INE – Instituto Nacional da Estatística. Indicadores Básicos do Ambiente Moçambique, 2023. Maputo: INE, 2024.

IUCN – International Union for Conservation of Nature. IUCN Red List of Threatened Species: Mozambique. 2020.

MICOA – Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental. Fifth National Report on the Implementation of the Convention on Biological Diversity in Mozambique. Maputo: MICOA, 2014. 144 p.

MICOA – Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental. National report on implementation of the Convention on Biological Diversity. Maputo: MICOA, 2009.

MITADER – Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural. 2º Relatório do Estado do Ambiente de Moçambique. Maputo: MITADER, 2018a. 250 p.

MITADER – Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural. Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial. Relatório R.I/03. Maputo: MITADER, 2019b. 86 p.

MITADER – Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural. Relatório sobre o Panorama Nacional de Biodiversidade: apresentando dados e ferramentas para o Projecto Connect. Maputo: MITADER, 2020. 141 p.

MITADER – Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural. Sixth National Report on the Implementation of the Convention on Biological Diversity in Mozambique. Maputo: MITADER, 2019a. 161 p.

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Panorama Ambiental, GEO-5. Nairobi: PNUMA, 2012.

SITOÉ, A.; MABUNDA, R.; et al. Avaliação Rápida e Participativa das Áreas de Conservação em Moçambique. Maputo, 2006.



VIANA, J. A. D. A difusão dos programas de conservação da biodiversidade na Reserva Nacional do Niassa. 2015. Dissertação (Mestrado em Práticas de Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.